

FLORESTAN FERNANDES E AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

Thimoteo Camacho*

Florestan foi um intelectual íntegro, coerente e comprometido. Um militante no sentido integral do termo, que jamais separava a atividade política da científica, a do homem e do intelectual engajado. Publicou cerca de 40 livros e centenas de artigos em vários países. Perseguido e afastado pela ditadura militar, exilou-se no exterior.

A Sociologia Crítica

Florestan Fernandes tem sido, justamente, considerado o fundador da Sociologia Crítica no Brasil. A sua obra carrega a marca e um estilo de reflexão questionadora da realidade social e das formas tradicionais de pensamento. As suas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, mais especificamente entre brancos e negros, levantam questões sobre a dinâmica da sociedade e suas tendências, criticando as interpretações existentes. Do mesmo nível podem ser consideradas as suas reflexões em torno dos problemas referentes à indução na Sociologia, métodos e técnicas de pesquisa sociológica e suas respectivas explicações científicas. Essa postura é encontrada nos seus trabalhos, que abrangem uma grande variedade temática, incluindo pesquisas e investigações sobre o problema indígena, escravidão e abolição, teoria das revoluções — especialmente das revoluções socialistas, mas também sobre o que considerou ter sido a revolução burguesa no Brasil — folclore,

* Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UFES.

Estudos de Sociologia

educação e sociedade, bem como temas teóricos e metodológicos a respeito da Sociologia brasileira e latino-americana.

Por outro lado, a perspectiva teórica de Florestan Fernandes permeia toda a sua produção intelectual, o que inclui o ensino, o debate, a conferência e inúmeros artigos que produziu e foram publicados na grande imprensa até as vésperas de sua morte. Ao explicar essa postura, questiona a realidade e os pontos de vista dos membros dos grupos e classes sociais contemplados na pesquisa, assim como a elaboração de suas interpretações. Resgatando o movimento do real e do pensado, sempre da perspectiva dos oprimidos, cria o novo na interpretação sociológica, operando um salto qualitativo nas pesquisas sobre a realidade social brasileira. Surgem na sua obra os oprimidos, emergem sujeitos geralmente “invisíveis”, bem como índios, negros, imigrantes, escravos e trabalhadores livres da cidade e do campo.

Na obra de Florestan Fernandes encontra-se uma contribuição básica para a teoria sociológica: ela retira e desenvolve o conteúdo crítico da Sociologia clássica e moderna. Foram as próprias condições sociais nas quais emergiram as Ciências Sociais que as levaram a se defrontar com as diversidades, desigualdades e antagonismos. A Sociologia ‘se viu confrontada com as contradições da classe em expansão’. Para poder ‘apanhar tais contradições em suas condições, causas e efeitos, precisou adaptar suas técnicas de observação, de análise e de explicação a um padrão de atividade que incorporasse a negação’ da ordem social. As possibilidades de reflexão críticas abertas por Comte, Spencer, Durkheim, Weber, Sombart, Tönnies, Manheim, Merton – possibilidades às vezes moderadas – são levadas adiante nos escritos de Florestan Fernandes. (Ianni, 1987:41)

Os discípulos, colaboradores e estudiosos da obra de Florestan Fernandes costumam chamar a atenção para a grande

originalidade de sua produção teórica, naquilo que ele próprio considerava como o esforço de construção de um “ponto de vista sociológico”, especialmente na elaboração da sociologia da realidade brasileira ou, mais precisamente, se não uma *sociologia brasileira*, pelo menos uma *sociologia feita no Brasil e para o Brasil* (Fernandes, 1994:137). Entre os temas mais presentes na preocupação com a “interpretação sociológica do Brasil”, encontram-se a modernização e a transformação social e, mais precisamente, os entraves para a concretização desses objetivos.

Mas o que marca indelevelmente a produção de Florestan e atesta a originalidade da sua reflexão é menos a análise da transformação, mas, sobretudo, o relevo conferido aos entraves à modernização brasileira. São os empecilhos que conferem o tom dominante da discussão. É na ordem social competitiva que se dá a classificação, mas é no universo da produção que emerge a função estratificadora na acepção de Marx. A partir dessa elaboração, Florestan pode estabelecer a relação entre classes e preconceito, sem reduzir um ao outro. A análise da situação social do negro é fundamental ao destino que se pretende dar à ordem social competitiva e às classes na sociedade. Ou seja, a análise da marginalidade a que foram relegados negros e mulatos expõe os impasses da modernização no Brasil. (Arruda, 1996:13)

A contribuição de Florestan Fernandes para a teoria sociológica é fundamental, tendo dialogado com as principais correntes do passado e do presente, na busca da construção de uma lógica que vai desde as formas de explanação caracterizadas como descritivas e interpretativas até as técnicas e as teorias da explicação e da metodologia da pesquisa. A sua reflexão sobre os fundamentos lógicos e históricos da explicação sociológica, de uma perspectiva crítica, inspira-se basicamente nas três matrizes clássicas do pensamento sociológico: o método *funcionalista* ou

objetivo, idealizado por Émile Durkheim, o método *compreensivo* sistematizado por Max Weber e o método *dialético*, formulado por Karl Marx.

As questões suscitadas pela aplicação desses modelos de interpretação e pela construção de tipos esquemáticos não nos interessa aqui. O mesmo não se pode dizer de suas implicações empíricas. É que os três modelos envolvem o mesmo procedimento básico de depuração dos tipos empíricos puros, construídos por meio de análise e sua redução a tipos esquemáticos que aglutinam as evidências empíricas que interessam especificamente à interpretação. Sob este aspecto, todo tipo esquemático – seja ele um “tipo ideal” (Weber), um “tipo médio” (Durkheim) ou um “tipo extremo” (Marx) – representa uma construção lógica ou mental, produzida em função dos intuítos ou propósitos cognitivos do investigador. (Fernandes, 1967:35)

Octávio Ianni (1996) afirma que, para entender a Sociologia Crítica de Florestan Fernandes, é necessário percebê-la a partir da síntese de cinco fontes e do diálogo não homogêneo, mas diferenciado, com essas fontes.

A primeira influência que, no entender de Ianni, destaca-se na obra de Florestan Fernandes é da Sociologia clássica e moderna. Essa influência torna-se perceptível através do diálogo contínuo, aberto e crítico com os principais sociólogos ou cientistas sociais que acrescentaram contribuições para a pesquisa e a interpretação da realidade social. Entre os teóricos, representantes das escolas francesa, alemã, inglesa e norte-americana, encontram-se Comte, Durkheim, Le Play, Simiand, Gurvitch, Mauss, Bastide, Weber, Sombart, Pareto, Simmel, Tönnies, Wiese, Freyer, Malinowsky, Radcliffe-Brown, Park, Burgess, Merton, Parsons, Wright Mills e, sobretudo, Mannheim.

Uma outra inspiração importante na elaboração da Sociologia Crítica de Florestan Fernandes indicada por Ianni é a contribuição de Marx e dos marxistas. Nota-se um acentuado diálogo com as obras de Marx, Engels, Lenin, Trotsky e Gramsci. Isso torna-se perceptível desde a tradução de *Contribuição à Crítica da Economia Política* e a “Introdução” escrita para esse livro, em 1946, passando pela elaboração teórica mais ampla, que inclui debates, escritos, conferências e cursos, até as reflexões relativas aos problemas de indução na Sociologia.

A progressiva incorporação do pensamento dialético se mostra tanto na escolha dos temas como no tratamento dado a eles. Aprofunda-se e alarga-se a perspectiva crítica. A reflexão sociológica adquire toda a sua envergadura histórica, abrindo horizontes e criando desafios para os movimentos sociais e os partidos políticos comprometidos com as lutas de grupos e classes populares. Os movimentos e partidos são levados a questionamentos básicos, diante das análises desenvolvidas por Florestan Fernandes a propósito da forma da revolução burguesa e da continuidade da contra-revolução burguesa. (Ianni, 1996:26)

Ainda segundo Octávio Ianni, uma terceira fonte da Sociologia Crítica de Florestan Fernandes liga-se à corrente mais crítica do pensamento brasileiro. Percebe-se, nas várias fases da sua produção intelectual, um diálogo permanente, explícito ou não, com Euclides da Cunha, Lima Barreto, Manuel Bomfim, Astrojildo Pereira, Graciliano Ramos, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Hollanda, Luiz Carlos Prestes e outros escritores e cientistas sociais. Esses autores permitem a Florestan Fernandes elaborar uma compreensão básica das condições de vida e trabalho das populações formadas por índios, caboclos, peões, colonos, seringueiros, camaradas, sitiantes e operários – categorias sociais

subordinadas às quais ele dedicou o fundamental de suas energias, reflexão e solidariedade intelectual e política.

Em quarto lugar deve ser notada a preocupação com os desafios da época, começando pelos anos 40. As transformações sociais e políticas pelas quais passa a sociedade são objeto de constante reflexão. Não escapam, no horizonte teórico de Florestan Fernandes, as questões relativas à urbanização, industrialização, migrações, movimentos sociais, governos, regimes e partidos políticos. As suas análises sociológicas pretendem dar conta de uma diversidade que engloba a universidade, a igreja, o partido, a imprensa, o imperialismo e os movimentos sociais, no embate constante entre a revolução, a reforma e a contra-revolução. Há um esforço constante para compreender a passagem do país agrário para o país industrial e como isso se dá, a partir de uma interpretação que procura ver a participação do povo nos acontecimentos e nas transformações sociais. E também como atuam o imperialismo, as elites, grupos e classes dominantes, associados à hierarquia militar e eclesiástica.

Por fim, a quinta fonte da Sociologia Crítica fundada por Florestan Fernandes, segundo Octávio Ianni, tem a marca característica das classes sociais subordinadas, dos “de baixo”, como ele costumava chamar.

Em quinto e último lugar, é fundamental a presença de grupos e classes sociais que compreendem a maioria do povo, descortinando um panorama social e histórico mais largo do que aquele que aparece no pensamento produzido segundo as perspectivas dos grupos e classes dominantes. É o caso do negro escravo e livre, isto é, do trabalhador braçal na lavoura e indústria, que descortina um horizonte inesperado, amplo. Ao lado da presença de índios, imigrantes, peões e outros, a do negro na história social brasileira desvenda perspectivas fundamentais para a construção do ponto de vista crítico na sociologia, nas

ciências sociais e em outras esferas do pensamento brasileiro. (Ianni, 1996:27)

Em Defesa da Universidade e da Escola Pública

A grande maioria dos estudiosos da Universidade no Brasil concorda em um ponto: a instalação das escolas superiores e, posteriormente, das universidades no País foi tardia e esse retardamento está intimamente ligado ao atraso relativo de Portugal e/ou ao desinteresse da Metrópole em instalar escolas de nível superior na Colônia. A criação das primeiras escolas superiores no Brasil ocorreu somente no início do século XIX, a partir de 1808, com a chegada da Família Real. Enquanto isso, em outros países da América Latina, de colonização espanhola, as primeiras escolas superiores foram fundadas já no início do século XVI (Camacho, 1997). Florestan Fernandes dedicou boa parte de seu empenho intelectual e político à defesa da Universidade brasileira pública, gratuita e de qualidade. Procurou marcar as distinções entre posições que considerava corretas, como as de Anísio Teixeira, e conservadoras, como as de Fernando de Azevedo e Alceu Amoroso Lima (que, neste aspecto particular, sempre esteve empenhado em defender os interesses privatistas da Igreja Católica). Como deputado federal Florestan articulou-se nessa questão, com os movimentos em defesa da escola pública e gratuita, bem como na discussão e elaboração da LDB. No desempenho dos mandatos de deputado constituinte e parlamentar, Florestan costumava dizer que a complexidade da compreensão da natureza da escola pública no Brasil o levava a ter como aliados no Parlamento, onde defendia a concessão de verbas públicas exclusivamente para instituições públicas, não companheiros de partido, como Plínio Arruda Sampaio ou Hélio Bicudo, mas um político conservador que, no que diz respeito à defesa da escola pública, sempre foi intransigente, como o senador capixaba João Calmon.

A constituição da Universidade de São Paulo, como, aliás, da grande maioria das universidades brasileiras, deu-se pela incorporação de algumas escolas superiores existentes e a criação de outras. O projeto de criação da USP, segundo depoimentos de alguns de seus fundadores, em manifesto de 1952, explicitava, entre os seus princípios norteadores: a compreensão do que deveria ser uma universidade e a função integradora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL); a organização de um Centro de Estudos; o ensino público, veiculador do saber laico e a autonomia universitária (Camacho, 1997:67).

Porém, o espírito conservador e os interesses arraigados das escolas tradicionais – Medicina, Direito e Engenharia – impediram que o projeto integrador da FFCL fosse colocado em execução. Foi uma batalha perdida, como revela Florestan Fernandes:

Uma das conseqüências dessa situação monstruosa aparecia no combate sem tréguas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – também uma iniciativa digna de investigação. Os criadores da USP, tolhidos por obstáculos que podiam avaliar facilmente em todas as dimensões e com peso real, procuraram superar o impasse recorrendo a um nome (Universidade de São Paulo) e fundando uma micro-universidade (a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras). Despida de tradição, de prestígio e de poder político, esta surgia como um estado dentro do estado. Na verdade, se ela vingasse, a universidade venceria a batalha contra as escolas superiores tradicionais. Por isso ela teve de suportar a pressão concentrada que, contra ela, se desencadeou a partir de todas as outras. (...)

Apesar disso, é da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que teria de brotar o solo histórico da USP. (...) O que estava em jogo era o questionamento, a partir de dentro, de uma reforma universitária comandada pelos professores (mas que não assumia o caráter de uma mudança

de cúpula). O processo falhou. Era devido à natureza da situação que cada escola superior se achava minada pelo conservantismo cultural, pelo monolitismo inconfessado das elites culturais e políticas. Os profetas da reforma não encontraram apoio na própria casa. O segundo momento se desenha com a aparecimento de uma segunda figura. Os estudantes entram em cena. Alguns professores entendem a força desse avanço, apoiando-os e apoiando-se nele. A reforma universitária torna-se uma bandeira efetiva e abrangente. Em poucos anos esboça-se um processo rico e diferenciado, que iria culminar nos entrechoques das reformas de base e esboroar-se sob o tacão da junta militar em 1968 e 1969. (Fernandes, 1984: 35-38, apud Camacho, 1997: 69-70)

O movimento reformista justifica-se, basicamente, em função da frustração causada pela não efetivação de projetos como os da USP, Universidade do Distrito Federal e UNB, que poderiam ter representado, no dizer de Florestan Fernandes, a liquidação do “padrão brasileiro de escola superior” (universidade conglomerada) e a instalação de uma verdadeira universidade integrada e multifuncional. O que houve, isto sim, foram tentativas e ensaios que não tiveram êxito. Prevaleceram, no entanto, as escolas superiores profissionalizantes, com todos os privilégios aos quais sempre tiveram direito. Florestan critica a própria constituição do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), destituída de legitimidade, pois, embora composto de técnicos, educadores e cientistas de renomada competência e grande prestígio, recebeu o mandato de um governo que não encarnava a vontade popular, oriundo que era de um golpe militar. Por mais representativos e bem intencionados que tivessem sido os integrantes do GTRU, eles acabaram por se converter em delegados dos detentores do poder discricionário, encarregados de legitimar uma reforma universitária consentida. O que o GTRU fez, foi dar autenticidade

às inovações improvisadas do Governo Castelo Branco, atendo-se a “soluções de curto prazo”, não passando de uma reforma no papel.

É preciso que fique claro, de antemão, que entendemos a reforma universitária consentida como uma manifestação de tutela política e como uma mera panacéia. Não podemos aceitá-la porque ela não flui da nossa vontade, não responde aos anseios que animam as nossas lutas pela reconstrução da universidade e não possui fundamentos democráticos legítimos. Complemento de dois decretos-lei de um governo militar autoritário e expressão perfeita de um poder que engendrou a constituição outorgada à Nação em janeiro de 1967, ela representa uma contrafação de nossos ideais e de nossas esperanças. A ela devemos opor a autêntica reforma universitária, que nasce dos escombros de nossas escolas e da ruína de nossas vidas, mas carrega consigo a vocação de liberdade, de igualdade e de independência do povo brasileiro. (Fernandes: 1979:207-8)

Apesar disso, Florestan reconhece alguns avanços que não podem deixar de ser mencionados, como a análise geral do ensino superior e a implantação do Regime de Dedicção Exclusiva para o magistério federal. Outro ponto considerado positivo é o que se refere à criação de um primeiro ciclo geral precedendo os estudos profissionais de graduação e a criação de cursos profissionais de curta duração, que permitiriam a formação de profissionais de nível intermediário. Considera também um avanço o reconhecimento oficial da participação estudantil nos órgãos colegiados. Embora a proporção de 1/5 possa ser considerada irrisória, não se deve subestimar o alcance da sugestão do GTRU sendo o que é. Ele argumenta que, em vista do obscurantismo de nossas elites culturais e das origens daquele governo, a proposta deve ser considerada como uma conquista. Os avanços tímidos

não conseguem superar, entretanto, as muitas limitações da “reforma universitária consentida” proposta pelo GTRU. Entre as limitações apontadas por Florestan Fernandes, pode-se destacar:

O GTRU fugiu à parte central de sua tarefa, de delinear a reforma universitária concebida como transformação interna da universidade. A razão dessa omissão é clara. O GT entendeu que essa reforma já estava implantada graças aos decretos-lei. Ora, mesmo que se admitisse isso, com o que nenhum cientista ou educador poderia concordar! – os decretos exigiam tanto a reformulação sistemática quanto o aperfeiçoamento dos requisitos estruturais, funcionais e de crescimento da universidade brasileira para que pudesse ter validade histórica e eficácia prática. (...) Em suma, um força cultural pulverizada, inoperante e espontaneamente submissa aos interesses conservadores das elites do poder. (Fernandes, 1979:210)

Florestan Fernandes Militante: Ciência e Política

O militante Florestan Fernandes tinha uma forma bastante peculiar de explicitação de sua atuação: ele próprio se definia como *sociólogo e militante socialista*. Mas era sobretudo como acadêmico, como *docente* e como pesquisador da Sociologia, a qual ele definia, à moda clássica, como a “consciência crítica da sociedade”, que Florestan estabelecia a ponte da teoria com a prática. As relações entre a Sociologia e o marxismo, essa “dupla militância” em Florestan, visava o resgate da dialética em suas mais amplas possibilidades, o que implicava a rejeição do economicismo e do dogmatismo presentes no marxismo vulgar e em parte da esquerda, especialmente nos consagrados partidos da “esquerda tradicional”.

O que distingue, portanto, o modo próprio de pensar do Professor Florestan como intelectual de esquerda é que não se confunde com a orientação vulgar, que repete esquemas e aplica rótulos categoriais sem maior interesse pela explicação sociológica propriamente dita. Seu objetivo não é indicar a transitoriedade do capitalismo, para afirmar a desimportância do presente em nome das promessas do futuro. Ao contrário, para o Professor Florestan o que se abre para o sociólogo é o enigma do presente: como sociólogo ele se interessa pelo desvendamento da dramaticidade do capitalismo (um capitalismo periférico que não repete as formas e os ritmos dos países dominantes, que são a preferência corrente dos modelos interpretativos da “sociologia de importação”. Convém lembrar que ele se empenhou em fundar uma sociologia brasileira, uma explicação sociológica enraizada nas peculiaridades históricas da sociedade brasileira e, portanto, uma sociologia de envergadura clássica, fundada no real histórico, e não numa mera sociologia colonizada, baseada na importação de esquemas e conceitos abstratos (e nem sempre com sentido) como vai se tornando moda hoje em dia. (Martins. 1996: 19)

A partir de Marx, Florestan reintroduz o conceito durkheimiano de *anomia*, repensando a noção weberiana de *possibilidade histórica*, para explicar o fenômeno do *atraso*, da *demora histórica* e da *resistência à mudança*. As classes sociais oprimidas, *vitimizadas*, seja o operário, bem como outras categorias sociais *vitimizadas*, como o negro, o índio, o trabalhador rural, pagam o preço pelo atraso e pela dependência econômica, cultural e política. Porém, através da *práxis* e da consciência social que lhe dá o sentido, os oprimidos, *os de baixo* podem se assenhorar do seu destino e do destino da própria História, superando o atraso e imprimindo um ritmo novo no curso dos acontecimentos. Assim foi a *Sociologia Militante* de Florestan Fernandes.

Florestan Fernandes Por Ele Mesmo

Em sua autobiografia intelectual, Florestan Fernandes afirma que jamais teria se convertido no sociólogo que veio a ser sem o seu passado e sem a socialização pré e extra escolar que recebeu através de duras lições da vida. Considera que a sua *aprendizagem sociológica* teve início aos seis anos de idade, quando precisou ganhar a vida como se fosse um adulto.

E penetrei, pelas vias da experiência concreta, no conhecimento do que é a convivência humana e na sociedade em uma cidade na qual não prevalecia a ordem das bicadas, mas a relação de presa pela qual o homem se alimenta do homem, do mesmo modo que o tubarão come a sardinha ou o gavião devora os animais de pequeno porte. A criança estava perdida nesse mundo hostil e tinha de voltar-se para dentro de si mesma para procurar nas técnicas do corpo e nos ardis dos fracos os meios de autodefesa para a sobrevivência. Eu não estava sozinho. Havia minha mãe. Porém a soma de duas fraquezas não compõe uma força. Éramos varridos pela tempestade da vida e o que nos salvou foi o nosso orgulho selvagem, que deitava raízes na constituição agreste do mundo do rústico, imperante nas pequenas aldeias do norte de Portugal, onde as pessoas se medeiam com o lobo e se defendem a pau do animal ou de outro ser humano. (Fernandes, 1994:123)

Criado na condição de *lumpen*, filho de uma lavadeira iletrada e tendo de ganhar a vida ainda criança, conseguindo cursar apenas até o terceiro ano primário, trabalhando em um bar onde servia lanche aos professores de um curso de madureza, Florestan soube dar a volta sobre a sua própria condição. Foi então que, como nos diz, aprendeu que a *medida do homem* não é dada pela ocupação, pela riqueza ou pelo saber, mas pelo *caráter*. Foi no

convívio com alguns daqueles professores que aprendeu pura e simplesmente como *sofrer as humilhações da vida sem degradar-se*.

Trabalhando em bares e depois como propagandista em laboratórios de artigos dentários, tratava-se de escolher uma futura profissão. E Florestan Fernandes decidiu que queria ser professor e que poderia atingir esse objetivo através de vários cursos, começando pela conclusão dos estudos iniciais por intermédio do curso supletivo (antigo madureza). O seu vago socialismo levou-o a pensar que poderia conciliar o seu anseio de conseguir uma profissão com a vontade reformista de modificar a sociedade. Decidiu-se pelo curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia da USP. Coisa muito rara, então: “*O lumpen-proletariado chega à Universidade de São Paulo*”.

Florestan Fernandes entrou em contato com os professores estrangeiros, especialmente os franceses, encarregados de montar as bases científicas da Faculdade de Filosofia da USP. Conheceu os clássicos do pensamento sociológico através de Roger Bastide, Claude Lévi-Strauss, Paul Hugon, Emílio Willems e assim foi *treinado* de várias maneiras para tornar-se um pesquisador. Desta forma, de *aprendiz de sociólogo* veio a tornar-se professor e, como diz, passou a *aprender com o estudante*. Ensinar passou a ser para Florestan estimulante e provocativo, contribuindo para o seu progresso teórico como sociólogo.

Descartando essa trajetória no início da década de 50, o seu período de formação se completava. Já tendo concluído a redação de *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*, passou a ser colaborador direto de Roger Bastide, sendo, a seguir, contratado como substituto do próprio Bastide. Contando com uma posição institucional privilegiada, Florestan tratou de pôr em prática as concepções que formara a respeito do ensino da sociologia e da investigação sociológica.

Converti essa cadeira em um pião para atingir fins que são inatingíveis ao professor e ao investigador isolados.

Como D'Artagnan ao chegar a Paris, eu estava disposto a lutar com qualquer um que dissesse que nós não somos capazes de impor a nossa marca à sociologia. Ao antigo símbolo de made in France eu pretendia opor o feito no Brasil. Não estava em busca de uma estreita sociologia brasileira. Pretendia, isso sim, implantar e firmar padrões de trabalho que nos permitissem alcançar o nosso modo de pensar sociologicamente a nossa contribuição à sociologia. Os fatos iriam mostrar que isso era possível, que eu não forjava uma pura utopia profissional. (...) O nosso esforço não pode nem deve ser isolado do que fizeram outros sociólogos brasileiros. Contudo, ele foi encarado aqui e no exterior, como um índice de autonomia intelectual e de capacidade criadora independente. O que fomentou o mito da escola paulista de sociologia e nos conferiu um prestígio que sobreviveu ao expurgo que sofremos. (Fernandes, 1994:137)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. "Revisitar Florestan". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo [ANPOCS], ano 11, n. 30, p. 11-15, fev, 1996.
- CAMACHO, Thimoteo. *Mulher, trabalho e poder: o machismo nas relações de gênero da UFES*. Vitória: EDUFES, 1997.
- FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Nacional, 1967.
- _____. *A universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- _____. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. "Ciências Sociais na ótica do intelectual militante". *Estudos Avançados*, São Paulo [USP], v. 8, n. 22, p.123-138, set-dez, 1994.

- IANNI, Octávio. "Sociologia crítica". In: *O saber militante*. Ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. "A sociologia de Florestan Fernandes". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo [ANPOCS], ano 11, n. 30, p. 23-28, fev, 1996.
- MARTINS, José de Souza. "Florestan Fernandes: ciência e política, uma só vocação". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo [ANPOCS], ano 11, n. 30, p. 15-22, fev, 1996.

RESUMO: O texto aborda a produção intelectual de Florestan Fernandes: as pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, suas reflexões teóricas e metodológicas na sociologia, e as variadas temáticas presentes em sua obra, abrangendo desde o problema indígena, escravidão e teoria das revoluções, até o folclore, educação e sociedade.

PALAVRAS-CHAVES: Sociologia, política, universidade, educação, ciência.

ABSTRACT: This text speaks about the work of Florestan Fernandes: his researches about the racial relations in Brazil, his theoretical and methodological ideas about Sociology, and the many themes present in his work, from the Indians, the slaves, the theory of revolutions to folklore, education and society.

KEY WORDS: Sociology, politics, university, education, science.